



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

PROGRAMA DE AÇÃO 2021-2024

Índice

1	ENQUADRAMENTO	3
2	AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS EXECUTADAS.....	4
2.1	MEDIDAS DE ESTRATÉGIA E COORDENAÇÃO.....	4
2.2	MEDIDAS LEGISLATIVAS E DE REGULAÇÃO	10
2.3	MEDIDAS DE INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO	14
3	CONCLUSÕES.....	23
4	ANEXOS	26

1 ENQUADRAMENTO

A Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP) foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 4 de julho, com o objetivo de reconhecer a importância da qualidade da arquitetura e da paisagem para o desenvolvimento sustentável e harmonioso do país e de promover a sua consideração nas diversas áreas e dimensões da política pública e a disseminação dos seus valores e princípios junto de atores e agentes sociais e económicos e dos cidadãos em geral.

Nos termos do estabelecido nesta Resolução do Conselho de Ministros, foi constituída a Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e da Paisagem (CAAP), composta pela Diretora-Geral do Território, que preside, um representante da ex-Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), atual Património Cultural I.P. (PC I.P.), um representante da Ordem dos Arquitetos (OA) e um representante da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAP) e, por esta Comissão, elaborados os Planos de Ação (PA), cujo mais recente, respeitante ao Plano de Ação da PNAP para 2021-2024, é agora objeto de monitorização.

O Plano de Ação para 2021-2024 foi, à semelhança do Plano de Ação anterior, estruturado com base nos princípios orientadores e objetivos da PNAP. No documento é identificado um conjunto amplo de linhas de orientação, agrupadas em três tipologias de medidas, as quais se encontram previstas na RCM que aprovou a PNAP. Cada tipologia encontra-se por sua vez subdividida em medidas mais concretas. Para o período temporal em causa foram selecionadas as que se consideraram mais relevantes e exequíveis. O Plano de Ação aprovado pela Comissão estabeleceu para cada medida um conjunto de ações a concretizar, o horizonte de execução, a entidade da CAAP que lidera a promoção da sua execução e a meta a atingir no período designado.

Finalizado o ano de 2024 e o horizonte temporal fixado para o segundo PA-PNAP, importa fazer um balanço geral dos trabalhos e avaliar realizações e resultados de forma a retirar conclusões e apresentar evidências que contribuam para a elaboração de um novo Plano de Ação e para a melhoria contínua da implementação da PNAP.

Neste contexto foi elaborado o presente Relatório de Avaliação, através do qual se procurou identificar e descrever as ações implementadas, as razões que motivaram a falta de execução nalguns casos e aferir o grau de execução das diferentes tipologias de medidas tendo por referência o grau de realização das ações que integram.

Em termos metodológicos foi atribuído um valor às ações constantes do PA numa classificação que teve por base a seguinte escala R - Realizada (100%); PS - Progresso Significativo (75%); PR - Parcialmente Realizada (50%); I - Iniciada (25%); NR - Não realizada (0%). Com base nestes valores foi feita a média do somatório das ações que concorrem para determinada medida e consequentemente calculada a média que permitiu aferir um balanço por tipologia de medidas.

2 AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS EXECUTADAS

Tendo em conta o conjunto de objetivos que esta política visa atingir e as medidas previstas, foram realizadas ao longo dos últimos quatro anos diversas ações, algumas ainda em curso, perspetivando-se a sua continuidade. Ficaram por concretizar algumas das ações previstas, por não serem aplicáveis ou por terem existido constrangimentos diversos à sua execução.

2.1 MEDIDAS DE ESTRATÉGIA E COORDENAÇÃO

MEDIDAS E ATIVIDADES	BALANÇO
M1 Estratégia e Coordenação	
M1.1 Criar a rede de parceiros da PNAP	
<ul style="list-style-type: none">Constituição de uma rede de pontos-focais, que integre entidades da Administração Pública e outras entidades.	PS
<ul style="list-style-type: none">Constituição da rede de parceiros	PS
M1.2 Articular todas as iniciativas que se possam enquadrar no âmbito da PNAP, assegurando as redes e estruturas de governança necessárias.	
<ul style="list-style-type: none">Divulgação das iniciativas concorrentes para os objetivos da PNAP no portal da PNAP, incluindo as relacionadas com o Novo Bauhaus Europeu e com o Programa de Transformação da Paisagem.	R
M1.3 Contribuir para a promoção internacional e exportação dos setores de serviços de arquitetura e de arquitetura paisagista, divulgando a excelência das obras nacionais e seus atores, nomeadamente no âmbito das ações relacionadas com a projeção da imagem de Portugal.	
<ul style="list-style-type: none">Tradução parcial do portal da PNAP para inglês.	PS
<ul style="list-style-type: none">Identificação e divulgação das obras nacionais de excelência nos fóruns apropriados (portal, eventos, revistas da especialidade, etc.)	R
<ul style="list-style-type: none">Promoção de contacto junto do Turismo de Portugal com vista à criação de roteiros temáticos relativos à arquitetura e à paisagem para divulgação enquanto produto turístico.	I
M1.6 Participar nos fóruns europeus e internacionais e cooperar com os parceiros internacionais no sentido de assumir compromissos alargados para promoção e valorização da arquitetura, da cultura, do património e da paisagem.	
<ul style="list-style-type: none">Participação em fóruns europeus e internacionais	R
M1.7 Promover e participar em projetos de cooperação territorial a nível europeu e transnacional.	
<ul style="list-style-type: none">Divulgação de projetos de cooperação no âmbito da PNAP e dos respetivos resultados no portal da PNAP.	I
<ul style="list-style-type: none">Participação em projetos de cooperação internacionais.	PR

R - Realizada (100%); PS - Progresso Significativo (75%); PR - Parcialmente Realizada (50%);
I - Iniciada (25%); NR - Não realizada (0%)

No âmbito das medidas de estratégia e coordenação foram feitos progressos assinaláveis, destacando-se a boa articulação e cooperação entre as entidades com assento na CAAP. Durante período 2021-2024 a Comissão reuniu ordinariamente uma vez por ano, conforme previsto na RCM n.º 45/2015, de 4 de julho, tendo sido realizadas quatro reuniões de coordenação.

- 12.ª Reunião Ordinária CAAP - 27 de setembro de 2021
- 13.ª Reunião Ordinária CAAP - 27 de setembro de 2022
- 14.ª Reunião Ordinária CAAP - 27 de novembro de 2023
- 15.ª Reunião Ordinária CAAP - 3 de dezembro de 2024

Ao longo do período de vigência do Plano de Ação foi formalizada uma rede de parceiros PNAP através do estabelecimento de protocolos, sendo que em dezembro de 2024 a rede congregava 8 parceiros que integram as seguintes entidades: CCDR Centro; CCDR Norte; CCDR Alentejo; CCDR Lisboa e Vale do Tejo; Fundação Serra Henriques; Instituto de Geografia e Ordenamento do Território; Centro Nacional de Cultura e Liga para a Proteção da Natureza. Para além dos parceiros que já formalizaram a sua integração na rede, há todo um universo de entidades que, ainda que de modo informal, desenvolvem ações em parceria com a PNAP e/ou participam nas suas iniciativas, constituindo na realidade uma rede de pontos focais, com os quais se verificam permanentes interações. Destacam-se neste âmbito a Direção-Geral da Educação; a Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares; a Associação Nacional de Municípios Portugueses; a Faculdade de Arquitetura de Lisboa; a Casa da Arquitetura; o Museu da Paisagem - Associação Cultural; Escola Superior de Comunicação Social; o Projeto Portugal entre Patrimónios - Museu Nacional de Arte Contemporânea; a Universidade do Minho - Lab2PT e o Turismo de Portugal I.P. Afigura-se que esta ação deve permanecer uma vez que a rede tem potencial para aumentar.



Figura 1 – Parceiros e Pontos Focais da PNAP

A PNAP continuou a ser divulgada a todos os municípios de Portugal Continental e Regiões Autónomas e, sempre que possível, no contexto de conferências relacionadas com os temas visados, promoveu-se esta política, divulgando os seus objetivos e os desenvolvimentos efetuados. Para além do [portal da PNAP](#) foi também criada uma página de [facebook para a PNAP](#), onde foram divulgados diversos conteúdos relativos a iniciativas concorrentes para os objetivos da PNAP, incluindo as relacionadas com o *Novo Bauhaus Europeu* e com o Programa

de Transformação da Paisagem, conforme previsto no Plano de Ação. No período de referência foram divulgadas 88 notícias no portal da PNAP e 302 *posts* no *facebook* a partir da data da sua criação.



Figura 2 - Imagem de notícia sobre o *Novo Bauhaus Europeu* divulgada no portal da PNAP (<https://pnap.dgterritorio.gov.pt/node/1162>)

Com vista à divulgação desta política fora de Portugal, para além da tradução do documento legislativo, ação já executada no período de programação anterior, numa edição mais didática, procedeu-se à tradução de algumas das componentes do *site*, em concreto, a referente a informação constante dos principais menus, permitindo que os visitantes estrangeiros possam ter uma ideia sobre os domínios de atividade da PNAP.

No que respeita à esfera de ação da PNAP em matéria de identificação e divulgação de obras nacionais de excelência, procurou-se em todas as conferências anuais, assim como em algumas sessões dos *Fórum*, divulgar obras nacionais premiadas. Destaca-se a criação de um painel, na quarta conferência anual da PNAP, em 2021, dedicado a projetos de referência, onde foram apresentando diferentes projetos premiados. Este esforço de divulgação foi também refletido na produção de notícias e *posts* no *facebook* da PNAP como adiante ser verás.

14:30 | Mesa redonda – Projetos de referência

Moderação: Rui Serrano - Ordem dos Arquitetos

Uma paisagem de referência na raia - A Herdade da Contenda – (Vencedor da 3.ª Edição do Prémio Nacional da Paisagem)

Pedro Rocha – Herdade da Contenda/Câmara Municipal de Moura

A Estratégia de Paisagem na revisão do Plano Diretor Municipal de Braga (menção especial da 3.ª Edição do Prémio Nacional da Paisagem)

Filomena Farinhas – Câmara Municipal de Braga

Campo como Infraestrutura, o Percurso e Drenagem da Água no Desenho do Espaço Público (projeto vencedor da edição 2021 do prémio Archiprix)

Ana Raquel Batista Pereira – autora do projeto

A casa rotativa, Coimbra (Projeto vencedor do prémio Arquitetura Sustentabilidade e Inovação – categoria obra)

Pedro Bandeira – autor do projeto

Reabilitação de prédio pombalino na Rua dos Douradores – (Menção Honrosa do prémio Gulbenkian-Vilalva)

José Adrião – autor do projeto

16:00 | Debate

16:30 | Encerramento

Figura 3 - Extrato do programa da 4.ª Conferência Anual da PNAP (2021) com identificação de projetos premiados.

Ainda no âmbito do previsto no Plano de Ação, em termos de medidas de estratégia e coordenação foram encetados contactos junto do Turismo de Portugal e realizada uma reunião entre dois dos membros da CAAP (OA e ex-DGPC) e o Turismo de Portugal. Do contacto resultou a informação de que estariam a ser desenvolvidos roteiros, numa parceria entre o turismo e a Casa da Arquitectura. Feitas pesquisas sobre o desenvolvimento deste tema, verifica-se a existência de alguma informação na página do Turismo de Portugal¹, todavia o desenvolvimento destes roteiros é ainda insipiente face ao grande potencial de interesse que o território português apresenta neste domínio, pelo que a ação referente a este tema deverá ser incluída no próximo período de programação.

No que respeita à participação dos membros da CAAP em fóruns europeus e internacionais é de considerar que a medida foi executada, perspetivando-se que se mantenha em curso. Todos os parceiros da CAAP registam uma participação ativa em conferências, workshops e outros encontros internacionais, havendo divulgação e apresentação das realizações efetuadas em Portugal nas matérias visadas pela PNAP (anexo 2).

¹ <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/roteiros-de-arquitetura>

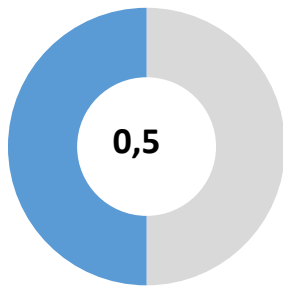
Em matéria de programas de cooperação internacional que concorrem para os objetivos da PNAP há a destacar no período em análise as seguintes iniciativas:

- Projeto PAISACTIVO - (Paisagens corta-fogos: ativação das zonas rurais para um território resiliente). Trata-se de um projeto Interreg, que envolve Portugal e Espanha, e que visa aumentar a resiliência do território face ao risco de incêndio, potenciando e melhorando a gestão sustentável das zonas agroflorestais, enquanto protege e dinamiza os aglomerados rurais, promovendo a sua sustentabilidade² (divulgação do Projeto PAISACTIVO foi efetuada na 7.ª Conferência Anual da PNAP que teve lugar a 22 de novembro de 2024).
- Driving Urban Transitions to a Sustainable Future (DUT) - Uma parceria, no âmbito do programa Horizonte Europa, que tem como objetivo ajudar as cidades a tornarem-se mais sustentáveis e inclusivas. Através da aplicação do conhecimento na capacitação e na criação de novas ferramentas, pretende gerar condições para que as autoridades locais, os municípios, as empresas e os cidadãos possam transformar estratégias globais em ações locais que melhorem a qualidade de vida nas cidades³.

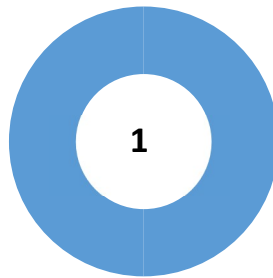
² <https://paisactivo.eu/pt-pt/o-projeto/>

³ <https://dutpartnership.eu/>

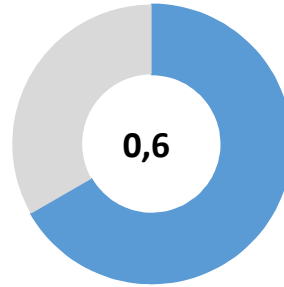
BALANÇO DE REALIZAÇÃO DA MEDIDA 1



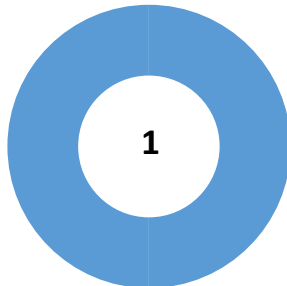
Medida 1.1 Criar a rede de parceiros PNAP



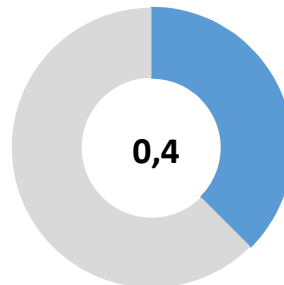
Medida 1.2 Articular iniciativas



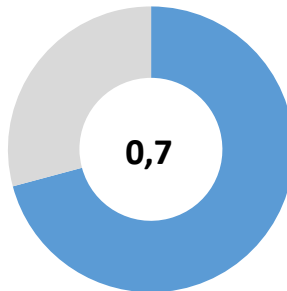
Medida 1.3 Promoção e Divulgação Internacional



Medida 1.6 Participação em Fóruns Europeus e Internacionais



Medida 1.7 – Participação em projetos de cooperação internacional



Medida 1 – Estratégia e Coordenação

2.2 MEDIDAS LEGISLATIVAS E DE REGULAÇÃO

MEDIDAS E ATIVIDADES	BALANÇO
M2. Medidas legislativas e de regulação	
M2.1 Contribuir, em sede de processos legislativos e de regulação, para a melhoria da legislação, normativos e regulamentos.	
<ul style="list-style-type: none"> • Prestar as contribuições no âmbito dos processos legislativos aplicáveis, sempre que solicitadas, tendo em conta os fundamentos e os objetivos da PNAP. 	PR
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e divulgar, nomeadamente junto dos municípios e administração regional e local, um documento de seguimento da PNAP, de alerta com recomendações para a qualidade da arquitetura e da paisagem. 	NR
<ul style="list-style-type: none"> • Definir princípios e linhas orientadoras para inclusão de medidas relativas à paisagem nas políticas, nos programas setoriais e nos planos e programas de ordenamento do território. 	PR
<ul style="list-style-type: none"> • Publicitar aos pontos focais e ao público em geral, recorrendo nomeadamente ao Portal da PNAP, as iniciativas que possam ser objeto de consulta pública. 	NR
M2.3 Propor a definição de critérios de qualidade, eficiência e eficácia que contribuam para melhorar os processos de contratação pública em matérias de arquitetura e paisagem.	
<ul style="list-style-type: none"> • Definição de critérios de melhoria dos processos de contratação pública, assegurando a participação pública na definição dos mesmos. 	NR
M2.4 Desenvolver os instrumentos adequados à participação pública ativa nas ações de preparação, implementação e monitorização da PNAP.	
<ul style="list-style-type: none"> • Recolha de contributos para o Plano de Ação da PNAP nos momentos das Conferências anuais e nos Fora temáticos. 	PS
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de inquérito/questionário para diagnóstico das necessidades e identificação de oportunidades para implementação da PNAP. 	R

R - Realizada (100%); PS - Progresso Significativo (75%); PR - Parcialmente Realizada (50%); I - Iniciada (25%); NR - Não realizada (0%)

No que respeita à concretização das medidas legislativas e de regulação, no período em análise, tiveram uma expressão significativa a aprovação de vários Despachos, no âmbito da implementação do [Programa de Transformação da Paisagem](#), que determinaram a elaboração de [Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem](#), 20 no total (Anexo 3). Estes programas, que deverão estar aprovados até ao final do 3.º Trimestre de 2025, constituem uma medida destinada a planear e programar a transformação em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Neste mesmo período temporal ainda foram aprovadas e constituídas 70 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), estando 62 Operações Integradas de Gestão

da Paisagem (OIGP), com os respetivos despachos aprovação publicados em Diário da República, o que corresponde a uma área na ordem dos 100 mil hectares. Espera-se que esta medida venha a ter um impacto significativo na transformação da paisagem florestal, em zonas vulneráveis aos incêndios.

A contribuição da CAAP no âmbito dos processos legislativos não foi efetuada individualmente pelas entidades que integram este grupo. Regista-se, todavia, a contribuição no âmbito de alterações ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial por parte da DGT, por solicitação da tutela.

Quanto à elaboração e divulgação, nomeadamente junto dos municípios e administração regional e local, de um documento de seguimento da PNAP, com recomendações para a qualidade da arquitetura e da paisagem não se registam progressos, tendo a Comissão entendido que seria mais profícuo fazer primeiramente um diagnóstico sobre a capacidade técnica dos municípios nos domínios da arquitetura e da paisagem, entendendo-se que a elaboração e envio de um documento de seguimento deveria ficar para uma segunda interação.

Não sendo possível aferir quantos programas setoriais, planos e programas de ordenamento do território incorporam medidas relativas à arquitetura e à paisagem, certo é que se assiste à consciencialização, por parte de muitos executivos municipais de que a valorização da arquitetura e da paisagem são um fator de diferenciação dos seus territórios. Com a publicação do Programa de Transformação da Paisagem e a inclusão de uma medida específica dirigida à paisagem no Programa de Ação do PNPOT, verifica-se uma crescente preocupação e interesse, ao nível das políticas públicas pelos assuntos relacionados com a paisagem. Os Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem integram por sua vez diretrizes e “Orientações para a transformação da paisagem”, destinadas à valorização da paisagem que devem ser integradas noutros programas setoriais e planos e programas de ordenamento do território, como é o caso dos Planos Diretores Municipais.

No que respeita à publicitação de iniciativas que possam ser objeto de consulta pública, recorrendo nomeadamente ao Portal da PNAP, não se registou, no período em apreço, a divulgação de procedimentos de consulta pública, aspeto que deverá ser colmatado no próximo programa de ação. A definição de critérios de melhoria dos processos de contratação pública, assegurando a participação pública na definição dos mesmos, foi uma ação que não teve efetiva implementação.

Quanto à ação destinada a recolher contributos para o Plano de Ação da PNAP nos momentos das conferências anuais e nos fóruns temáticos, confirma-se que a mesma foi concretizada, recolhendo ideias no decurso das conferências e dos fóruns, mas também e especialmente, num encontro organizado pela CAAP que envolveu diversas partes interessadas, como universidades, entidades da Administração Central, ordens e associações profissionais e fundações. Esse

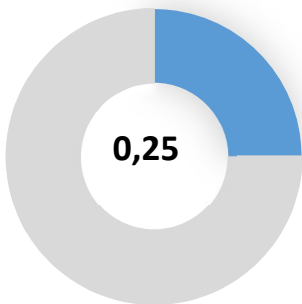
encontro, intitulado *Sessão de trabalho - mesa-redonda Arquitetura e Paisagem, Bem comum, responsabilidade partilhada*, teve precisamente por objetivo auscultar e debater formas de implementação da PNAP. O Encontro realizou-se em maio de 2023 e contou com a presença de diversos especialistas e atores nacionais nos domínios da arquitetura e da paisagem. Do encontro resultou um memorando com ideias, sugestões e reflexões no sentido de contribuir para prover a valorização da arquitetura e da paisagem, a sua divulgação e melhoria da sua qualidade (Anexo 4).



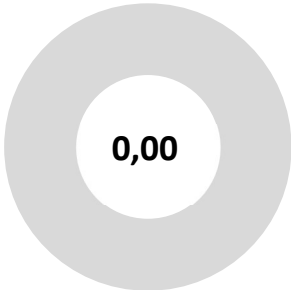
Figuras 4 e 5 - Registo fotográfico e imagem de divulgação do encontro Mesa Redonda PNAP - Arquitetura e Paisagem, bem comum, responsabilidade partilhada (4 de maio de 2023, sede da OA).

As medidas legislativas e de regulação previam ainda a realização de um inquérito/questionário para diagnóstico das necessidades e identificação de oportunidades para implementação da PNAP, o qual foi desenvolvido e enviado ainda no período de programação. O inquérito centrou-se na avaliação da capacidade técnica dos municípios nos domínios da arquitetura e paisagem, tendo sido remetido a todos os municípios portugueses (anexo 5)

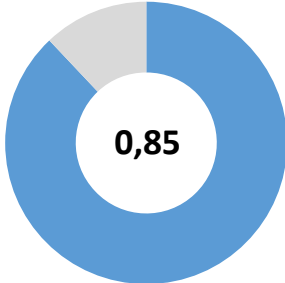
BALANÇO DE REALIZAÇÃO DA MEDIDA 2



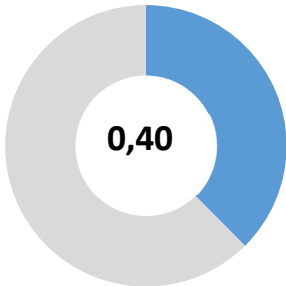
Medida 2.1 – Contribuição no âmbito de processos legislativos



Medida 2.3 – Melhorar os processos de contratação pública



Medida 2.4 – Promover a participação pública no âmbito da PNAP



Medida 2- Legislativas e de regulação

2.3 MEDIDAS DE INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

MEDIDAS E ATIVIDADES	BALANÇO
M3. Medidas de informação, sensibilização e educação	
M3.1 Criar e desenvolver o portal da PNAP	
<ul style="list-style-type: none"> Divulgação do portal da PNAP nos sites dos membros da CAAP. 	PR
<ul style="list-style-type: none"> Carregamento regular de conteúdos no site da PNAP. 	R
<ul style="list-style-type: none"> Divulgação alargada da existência do Portal da PNAP pelos pontos focais. 	PS
M3.2 Realizar eventos, publicações e exposições destinadas a divulgar a PNAP e a sensibilizar a opinião pública para esta temática.	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um plano de comunicação para a PNAP. 	PR
<ul style="list-style-type: none"> Realização da conferência anual 	R
<ul style="list-style-type: none"> Realização anual do Fórum PNAP (realização de sessões descentralizadas). 	PS
<ul style="list-style-type: none"> Promover a realização e divulgação de iniciativas no âmbito do Novo Bauhaus Europeu. 	R
<ul style="list-style-type: none"> Realização de ações de formação dirigidas à Administração Pública sobre implementação dos princípios da PNAP. 	NR
M3.5 Promover a integração das temáticas da arquitetura, da cidade e da paisagem nos programas escolares dos vários níveis de ensino não especializado, em particular nos currículos do ensino básico e secundário, que visem estimular uma cultura de cidadania.	
<ul style="list-style-type: none"> Divulgação do documento «Caderno Pedagógico para Implementação da Convenção Europeia da Paisagem». 	R
<ul style="list-style-type: none"> Articulação com a Direção-Geral da Educação para a definição de uma estratégia de colaboração regular tendo em vista a sensibilização de professores para os temas da PNAP. 	R
<ul style="list-style-type: none"> Articulação com organizações e atores relevantes para divulgação de informação de suporte para consulta e/ou produção de conteúdos sobre a paisagem 	PR
M3.6 Desenvolver ações de formação nos âmbitos da arquitetura e da paisagem, designadamente nas áreas da arquitetura e urbanismo sustentável, da conservação, reabilitação e regeneração arquitetónica e urbanas, da proteção, gestão e ordenamento das paisagens	
3.7 Promover prémios e concursos, nomeadamente de arquitetura e arquitetura paisagista, assegurando a manutenção e disseminação dos prémios já existentes.	

MEDIDAS E ATIVIDADES	BALANÇO
<ul style="list-style-type: none"> Identificação e divulgação dos prêmios já existentes que contribuam para a qualidade da arquitetura e paisagem, divulgação dos mesmos nos canais de comunicação e nas iniciativas da PNAP 	R
<ul style="list-style-type: none"> Edição do Prêmio Nacional da Paisagem (2022 e 2024) 	R

R - Realizada (100%); PS - Progresso Significativo (75%); PR - Parcialmente Realizada (50%); I - Iniciada (25%); NR - Não realizada (0%)

No período em análise foram implementadas diversas iniciativas que contribuíram para o reforço das medidas de informação, sensibilização e educação. O portal da PNAP continuou a ser alimentado com notícias e eventos e, por ocasião do lançamento da 5.ª conferência anual da PNAP procedeu-se também à criação de uma página de *facebook*. A divulgação por portal pelos membros da CAAP, com exceção da DGT, foi efetuada pontualmente, estando esta divulgação maioritariamente associada a iniciativas concretas (eventos PNAP e Prémio Nacional da Paisagem). A divulgação do portal pelos pontos focais foi sendo sempre efetuada em todas as ocasiões em que houve contactos com esta rede.

No portal é divulgada informação diversa relacionada com os temas da arquitetura e da paisagem (eventos, prêmios, publicações, efemérides, dias comemorativos, etc.), informação sobre as conferências da PNAP e divulgação dos conteúdos e dos documentos associados a esses eventos, assim como iniciativas relacionadas com o Prémio Nacional da Paisagem. Foram ainda divulgados conteúdos remetidos por pontos focais da PNAP.

O plano de comunicação previsto, não foi plenamente desenvolvido, sendo que para todas as iniciativas da PNAP foram desenvolvidos materiais de comunicação e imagens tipo, alusivas aos diferentes eventos, mantendo coerência com as temáticas centrais dos eventos. Efetivamente a PNAP conseguiu garantir a sua comunicação.

Entre 2021 e 2024 foram realizadas, conforme previsto, as quatro conferências anuais indicadas para este período de programação. Toda a informação referente às conferências está disponível no portal da PNAP.

- 4ª Conferência, realizada a 9 de dezembro de 2021, com o tema *Mobilizar os agentes no território - No caminho para a qualidade*.
- 5ª Conferência, realizada a 12 de dezembro de 2022, com o tema *Arquitetura e Paisagem na transição para a sustentabilidade*.
- 6ª Conferência, realizada a 30 de novembro de 2023, com o tema *Educar para arquitetura e para a paisagem*.
- 7ª Conferência, realizada a 22 de novembro, com o tema *Território do Interior, Bem Comum, Responsabilidade Partilhada*.



Figura 4 - Imagem de divulgação da 5.ª Conferência Anual da PNAP (12 de dezembro de 2022)



Figura 5 -Registo fotográfico dos participantes da 7.ª Conferência Anual da PNAP (22 de novembro de 2024). Auditório municipal da Lousã.

No que respeita ao Fórum, o mesmo teve duas edições, uma em 2021 e outra em 2022. Arquitetura e Paisagem [+ Qualidade] 2030 foi o tema central escolhido para os Fóruns. Cada edição anual contou com cinco sessões. A primeira edição do Fórum teve lugar em 2021 e a segunda edição ocorreu em 2022.

O modelo do Fóruns foi concebido com vista a debater questões que se colocam hoje à qualidade da arquitetura e da paisagem. Para tal procurou-se auscultar, nas várias sessões, a

opinião de diferentes atores que podem contribuir para essa qualidade. As sessões foram realizadas online, entre abril e novembro. Dedicadas a diferentes temas centrais da PNAP, cada sessão contou com a participação de 3 convidados e de um moderador que introduziu os temas, havendo em seguida de um espaço de debate.

Figura 6 - Cartaz do Fórum PNAP - 1.ª Edição 2021



Figura 7 - Cartazes do Fórum PNAP - 2.ª Edição 2022 (1.ª e 2.ª sessões)



Figura 8 - Cartazes do Fórum PNAP - 2.ª Edição 2022 (3.ª, 4.ª e 5.ª sessões)

No que respeita à promoção, realização e divulgação de iniciativas no âmbito do Novo Bauhaus Europeu foram divulgadas notícias sobre iniciativas respeitantes a este movimento. A conferência anual da PNAP realizada em 2021, integrou uma intervenção sobre o Novo Bauhaus

Europeu com o tema *Novo Bauhaus Europeu - Uma iniciativa centrada nas pessoas*, apresentada por José Pedro Sousa - High-level roundtable da New European Bauhaus.

Individualmente a DGT organizou, em 23 de novembro de 2021, o workshop Diálogos Urbanos, ‘Novo Bauhaus Europeu: Cidades Sustentáveis, Belas e Inclusivas’. O workshop, em mesa-redonda, convocou a reflexão e o debate por parte de peritos e entidades financiadoras e promotoras nacionais sobre a integração dos valores do Novo Bauhaus Europeu nas estratégias de desenvolvimento e programas de financiamento nacionais para o desenvolvimento urbano.

Também a OA na Conferência Europeia de Políticas de Arquitetura, realizada em 2021, teve como um dos quatro temas das mesas redondas a *New European Bauhaus* vista de fora da Europa.

Mais recentemente, em 2024, a OA, organizou, nos dias 9 e 10 de abril, no Fundão o evento *The Festival of The New European Bauhaus Portugal The Future Is Now: Redesigning Priorities*.



Figura 9 - Notícias publicadas no site da PNAP sobre o Novo Bauhaus Europeu.

No que se refere à iniciativa prevista no programa de ação *Realização de ações de formação dirigidas à Administração Pública sobre implementação dos princípios da PNAP*, não foi, no período de programação em causa, concretizada nenhuma atividade de formação que visse de um modo geral técnicos da Administração Pública. No entanto, embora a ação não tenha sido concretizada, foram desencadeados esforços que permitirão concretizar esse objetivo num futuro próximo. No âmbito de um inquérito lançado a todos os municípios do país, foi questionado aos municípios se os técnicos que trabalham nos domínios da PNAP tinham tido formação nos últimos anos e quais as necessidades formativas mais prementes nos domínios de arquitetura e paisagem. Este diagnóstico permitirá traçar um plano de formação mais informado e ajustado às necessidades dos municípios.

No que respeita à divulgação do documento «Caderno Pedagógico para Implementação da Convenção Europeia da Paisagem», desenvolvido pelo Conselho da Europa, o mesmo foi distribuído junto dos visados (escolas) em 2022, através da Direção-Geral da Educação, que se encarregou de enviar os 500 exemplares existentes a diferentes estabelecimentos escolares.

Em matéria de educação foram feitos grandes progressos no período de programação em causa, tendo sido desenvolvido um programa especificamente traçado para aumentar o conhecimento e sensibilizar a comunidade escolar para as matérias relacionadas com a arquitetura, paisagem, ordenamento do território e património. Esta iniciativa é na realidade uma das grandes realizações das PNAP dos últimos quatro anos. Concebido em 2023, o Programa Paisagem e Arquitetura Sustentáveis (PPAS), financiamento a 100% pelo Fundo Ambiental, foi implementado durante o ano letivo de 2023/2024, tendo sido realizado em toda a sua extensão. Este projeto concretizou uma ambição decorrente de uma iniciativa mais pontual, ligada ao programa Academias Gulbenkian do Conhecimento. Com a implementação do PPAS levou-se para as escolas, através dos professores, e diretamente através da realização dos workshops com os alunos, conhecimento, exemplos e práticas basilares que permitiram aos estudantes envolvidos adquirirem conhecimentos, competências, ganharem sensibilidade e capacidade crítica nos domínios da arquitetura e da paisagem. A implementação do programa contou com o apoio da Direção-Geral de Educação e da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, entidades determinantes para o sucesso da iniciativa. A estes parceiros juntaram-se um conjunto de outras entidades que apoiaram o projeto, assegurando a sua divulgação e concretização, com destaque para a Fundação Serra Henriques, Parques de Sintra, Museus de Portugal e Casa da Arquitetura. Em termos de produtos o programa assegurou a criação de um website (www.ppas.pt); a realização de ações de formação a professores; a realização de Workshops com alunos em cinco escolas das diferentes regiões de Portugal continental; a produção de manuais para professores e alunos; a criação de um banco de atividades disponíveis online; a produção de vídeos sobre o projeto e a realização de um concurso dirigido a todas as escolas do país.



Figura 10 - Brochura sobre as ações de formação dirigidas aos professores e imagem do manual pedagógico do PPAS.

A execução do Programa incluiu ainda a organização de dois eventos, um primeiro evento de lançamento, coincidente com a 6.ª Conferência Anual da PNAP (dia 30 de novembro de 2023) e um evento de encerramento do programa, dia 28 de maio, onde foram apresentados os seus resultados na Casa da Arquitetura em Matosinhos.



Figura 11 - Registo fotográfico do lançamento do projeto PPA (30 de novembro de 2023, auditório da sede da OA).

O programa teve grande adesão por parte da comunidade educativa, tendo registado a participação direta cerca de 700 docentes, 400 alunos e 50 candidaturas ao concurso.



Figura 12 - Registo fotográfico da entrega dos prémios no âmbito do concurso lançado às escolas (7 de junho de 2024, Escola Básica Ferreira de Castro, Sintra).

No que respeita à ação do PA *Articulação com organizações e atores relevantes para divulgação de informação de suporte para consulta e/ou produção de conteúdos sobre a paisagem*, a mesma foi efetuada sempre que possível, no âmbito das atividades da PNAP e em diálogo com os parceiros e outras partes interessadas.

Há a destacar o envio de informação sobre a PNAP e sobre a publicação *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* à Fundação Francisco Manuel dos Santos, por solicitação dos seus representantes. Ficou acordado, num futuro próximo, estabelecer novo contacto com esta Fundação com vista à realização de uma reunião exploratória de oportunidades e sinergias de trabalho no contexto do próximo período de programação da PNAP.

Em matéria de identificação e divulgação dos prémios já existentes que contribuam para a qualidade da arquitetura e paisagem, a divulgação dos mesmos foi efetuada nos canais de comunicação e nas iniciativas da PNAP. Foram feitos diversos esforços no sentido de assegurar a realização dessa ação, quer através do site da PNAP, quer através das redes sociais. Foi efetuado um levantamento sobre os prémios existentes e, no inquérito dirigido aos municípios, foi igualmente questionado se os mesmos organizam algum prémio a nível municipal nos domínios da arquitetura e da paisagem para futura divulgação.

Prémios divulgados pelo secretariado técnico da PNAP:

- Prémio da Paisagem do Conselho da Europa
- Prémio Nacional da Paisagem
- Prémios Forma
- Prémio Gulbenkian Património - Maria Tereza e Vasco Vilalva
- Prémio Rafael Manzano de Nova Arquitectura Tradicional
- Prémio Archiprix Portuga
- Prémio Gonçalo Ribeiro Telles
- Prémio de Arquitetura do Algarve
- Prémio Arquitetura Sustentabilidade e Investigação
- Prémio Fernando Távora
- Prémio Património Arquitetónico
- Prémio Manuel Graça Dias
- Prémio de Arquitetura do Alentejo

Entre anúncios de concursos e divulgação de resultados, foram publicadas 22 notícias no portal da PNAP e 49 *posts* no *facebook*, sobre prémios nos domínios da arquitetura e da paisagem.

Quanto à ação referente à organização do Prémio Nacional da Paisagem, em 2022 foi promovida a 4.^a edição deste prémio. Esta edição registou 22 candidaturas, todas elas admitidas a concurso: 17 candidaturas da iniciativa de câmaras municipais, 2 candidaturas provenientes de associações de Municípios, 2 candidaturas de associações não governamentais e 1 candidatura de uma Região Autónoma.

O Prémio foi atribuído, em Cerimónia Pública, à candidatura apresentada pelo Município da Lousã, «Aldeias da Serra da Lousã - Onde as aldeias soam a único».

Foram ainda atribuídas menções honrosas às candidaturas «Montalegre - Uma Ideia da Natureza!», apresentada pelo Município de Montalegre, «Renature Monchique» apresentada pelo GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente e à candidatura «Serra d'Arga à Foz do Âncora - A singularidade de uma paisagem entre o Minho e o Lima»,

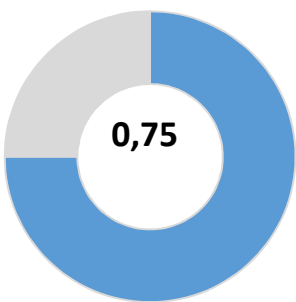
apresentada pelo Município de Caminha e que teve como entidades parceiras os Municípios de Ponte de Lima, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. A candidatura do município da Lousã veio a ser a candidatura vencedora da 8.ª Edição do Prémio da Paisagem do Conselho da Europa, sendo a primeira vez que Portugal foi distinguido com o primeiro lugar.

Em 2024 não foi realizado concurso nacional, uma vez que o Conselho da Europa não promoveu a realização do concurso internacional, agora lançado em 2025.

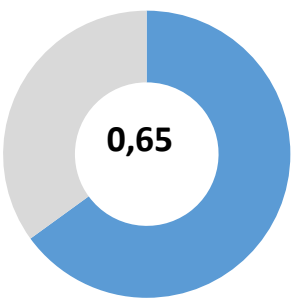


Figura 13 - Registo fotográfico da entrega do Prémio Nacional da Paisagem.

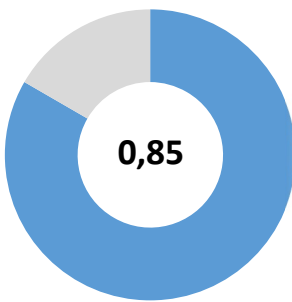
BALANÇO DE REALIZAÇÃO DA MEDIDA 3



Medida 3.1 – Criar e desenvolver o portal da PNAP



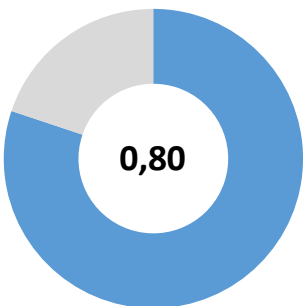
Medida 3.2 – Realizar eventos, publicações e exposições



Medida 3.5 - Integrar as temáticas da PNAP nos programas escolares



Medida 3.4 – Promover prémios e concursos



Medida 3- Medidas de informação, sensibilização e educação

3 CONCLUSÕES

A aprovação da PNAP reconheceu a relevância dos domínios da Arquitetura e da Paisagem como fundamentais para a qualidade de vida das populações e consagrou a sua inscrição na agenda política. O segundo período de programação veio consolidar a sua existência e reforçar a sua divulgação. O balanço dos últimos quatro anos de implementação, apresentado neste Relatório, permite-nos refletir sobre os resultados alcançados e as dificuldades que se impõem à implementação desta política, equacionar os desafios para os próximos anos e contribuir para a construção do novo período de programação de atividades.

No que respeita às medidas de estratégia e coordenação destaca-se desde logo o bom relacionamento e a natureza cooperativa entre as entidades que compõem a CAAP, aspeto que muito contribuiu para os resultados alcançados. É ainda de evidenciar a criação e consolidação de uma rede de parceiros com margem para crescer.

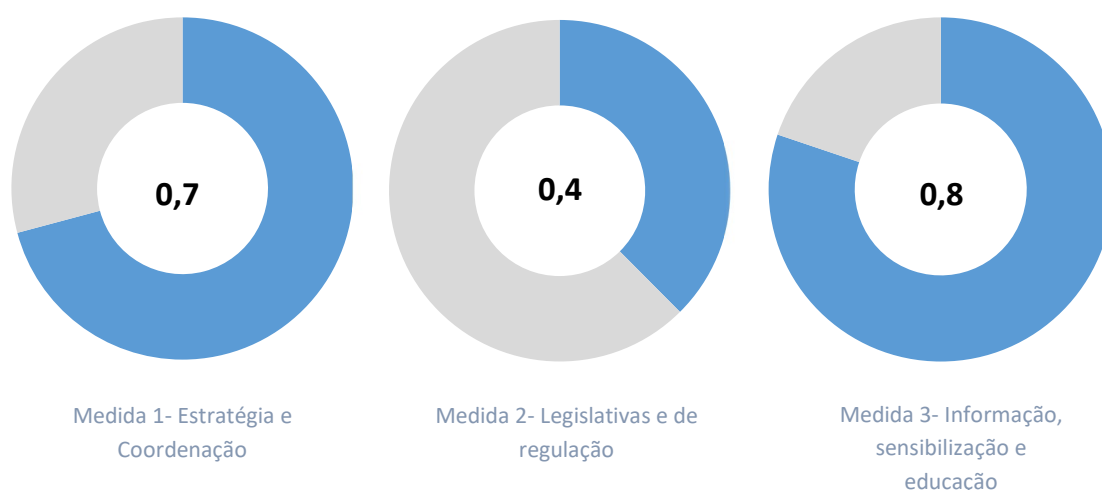
As medidas legislativas e de regulação são aquelas que menos realizações verificam, muito pelo facto de não dependerem exclusivamente dos membros da CAAP, pelo que a identificação de muitas ações a concretizar neste domínio, poderá não ser o mais razoável, face à sua difícil execução. Não obstante, há sem dúvida progressos muito significativos no campo legislativo que assume a paisagem como o ativo valioso que, quando bem gerida, contribui para a valorização e resiliência dos territórios e produção de vários serviços dos ecossistemas. Tal não é, todavia, acompanhado por legislação de âmbito setorial no domínio da arquitetura, numa perspectiva de valorização da sua qualidade e importância para a identidade do território e qualidade de vida das populações. Quer a arquitetura, quer a paisagem, deveriam ser melhor ponderadas nas decisões técnicas e políticas, tanto a nível local, por exemplo através da elaboração de estratégias, ou políticas municipais de arquitetura e paisagem, como no que respeita às políticas e estratégias setoriais (água, energia, indústria). Ainda no âmbito desta tipologia de medidas há a destacar o encontro técnico com diferentes stakeholders, organizado pela CAAP através do qual se procurou debater formas de implementação da PNAP em diferentes domínios de atuação, identificar propostas concretas para concretizar os seus objetivos e reforçar a rede de parceiros. O encontro contou com a participação de dezoito representantes de diferentes setores, incluindo universidades, setores corporativos, Administração Pública, representantes de associações e peritos.

Foi ainda lançado um inquérito dirigido a todos os municípios do país que permitirá agora fazer um diagnóstico sobre os seus recursos técnicos nas áreas mais relacionadas com a PANP, avaliar o seu interesse e dinamismo nestas matérias e identificar quais as principais necessidades de formação, permitindo de forma sistematizada e fundamentada apoiar a conceção do próximo Programa de Ação.

No que respeita às medidas de informação, sensibilização e educação, que são decisivas para transmitir os valores da PNAP, verificam-se efetivamente progressos significativos. Com poucos meios financeiros e humanos desenvolveu-se uma quantidade elevada de ações, abrangendo públicos muito distintos. A PNAP é hoje uma política mais conhecida. Os eventos da PNAP têm tido uma crescente participação e visibilidade.

Neste contexto há a destacar com particular ênfase o programa *Paisagem e Arquitetura Sustentáveis (PPAS)* dirigido às escolas, o que permitiu que a PNAP fosse dada a conhecer ao setor educativo, algo que há muito se ambicionava concretizar. As relações criadas entre as entidades da CAAP e os representantes do Ministério da Educação são muito positivas e permitirão certamente alavancar novas iniciativas neste domínio.

Portugal ter sido vencedor do Prémio Europeu da Paisagem, para além de refletir o excelente trabalho dos municípios e entidades ao longo dos últimos anos, dará uma maior visibilidade ao trabalho desenvolvido, ajudará a divulgar a relevância da arquitetura e da paisagem e poderá inspirar, no futuro, novos projetos.



Percorrendo agora as ações identificadas no período de programação em análise, e tendo em conta os resultados desta avaliação, é possível, desde já, identificar aquelas que deverão ter continuidade, mas também aquelas cuja continuidade deixou de se justificar, ou porque já foram plenamente executadas, ou porque são de muito difícil exequibilidade, ou porque a sua relevância deixou de existir.

Assim, e com vista a informar a elaboração do próximo programa de ação entende-se que merecem continuidade e reforço as seguintes ações:

- Promover o alargamento da rede de pontos-focais, que integre entidades da Administração Pública e outras entidades;
- Promover o alargamento da rede de parceiros;

- Proceder à divulgação de iniciativas concorrentes para os objetivos da PNAP no portal da PNAP, incluindo as relacionadas com o Novo Bauhaus Europeu e com o Programa de Transformação da Paisagem;
- Promover a realização de contacto junto do Turismo de Portugal com vista à criação de roteiros temáticos relativos à arquitetura e à paisagem para divulgação enquanto produto turístico;
- Contribuir para os processos legislativos aplicáveis, sempre que solicitado, tendo em conta os fundamentos e os objetivos da PNAP;
- Assegurar a divulgação do portal da PNAP nos sites dos membros da CAAP;
- Assegurar o carregamento regular de conteúdos no site da PNAP;
- Assegurar a divulgação alargada da existência do Portal da PNAP pelos pontos focais;
- Assegurar a recolha de contributos para o Plano de Ação da PNAP nos momentos das Conferências anuais e nos Fora temáticos;
- Participar em projetos de cooperação internacionais;
- Participar em fóruns europeus e internacionais;
- Desenvolver um plano de comunicação para a PNAP;
- Realizar as conferências anuais;
- Dinamizar a realização de ações de formação dirigidas à Administração Pública sobre implementação dos princípios da PNAP;
- Identificar e divulgar prémios já existentes que contribuam para a qualidade da arquitetura e paisagem, divulgação dos mesmos nos canais de comunicação e nas iniciativas da PNAP;
- Reforçar esforços para concretização dos objetivos relacionados com a medida M2 - *Medidas legislativas e de regulação*, que é a medida que regista um menor grau de realização.
- Organizar as próximas edições do Prémio Nacional da Paisagem.

4 ANEXOS

ANEXO 1- Quadro de realização das medidas e ações da PNAP

OBJETIVOS RELACIONADOS	MEDIDAS E ATIVIDADES	CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO	LÍDER	META	BALANÇO
	M1 Estratégia e Coordenação				
1.4, 4.4	M1.1 Criar a rede de parceiros da PNAP				
	<ul style="list-style-type: none"> Constituição de uma rede de pontos-focais, que integre entidades da Administração Pública e outras entidades. 	2021-2022	DGT	Identificação de 8 Pontos Focais PNAP em 2022	PS
	<ul style="list-style-type: none"> Constituição da rede de parceiros 	2024	OA	Rede formalizada em 2024	PS
1.4, 3.1, 4.1, 4.4	M1.2 Articular todas as iniciativas que se possam enquadrar no âmbito da PNAP, assegurando as redes e estruturas de governança necessárias.				
	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação das iniciativas concorrentes para os objetivos da PNAP no portal da PNAP, incluindo as relacionadas com o Novo Bauhaus Europeu e com o Programa de Transformação da Paisagem. 	2021-2024	DGT	12 novas iniciativas por ano. 48 iniciativas em 2024	R
2.4, 5.1, 5.2, 5.4	M1.3 Contribuir para a promoção internacional e exportação dos setores de serviços de arquitetura e de arquitetura paisagista, divulgando a excelência das obras nacionais e seus atores, nomeadamente no âmbito das ações relacionadas com a projeção da imagem de Portugal.				
	<ul style="list-style-type: none"> Tradução parcial do portal da PNAP para inglês. 	2022-2023	DGT	Tradução concluída em 2023	PS
	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e divulgação das obras nacionais de excelência nos fóruns apropriados (portal, eventos, revistas da especialidade, etc.) 	2021-2024	OA, APAP	Divulgação de 15 projetos exemplares no âmbito das iniciativas da PNAP	R
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de contacto junto do Turismo de Portugal com vista à criação de roteiros temáticos relativos à arquitetura e à paisagem para divulgação enquanto produto turístico. 	2022-2023	DGPC	1 roteiro concluído e divulgado em 2023	I

OBJETIVOS RELACIONADOS	MEDIDAS E ATIVIDADES	CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO	LÍDER	META	BALANÇO
	M1.4 Criar uma base de dados que registre a presença ativa no estrangeiro de profissionais ou empresas portuguesas de arquitetura e de arquitetura paisagista e demais atividades conexas	Medida não contemplada no PA 2021-2024			
	M1.5 Promover parcerias alargadas entre empresas do setor da arquitetura e arquitetura paisagista e suas associações e empresas de construção e serviços conexos, com o objetivo de aumentar o valor acrescentado nacional nas obras a realizar no país e no estrangeiro.	Medida não contemplada no PA 2021-2024			
2.5, 5.1, 5.2	M1.6 Participar nos fóruns europeus e internacionais e cooperar com os parceiros internacionais no sentido de assumir compromissos alargados para promoção e valorização da arquitetura, da cultura, do património e da paisagem.				
	<ul style="list-style-type: none"> Participação em fóruns europeus e internacionais 	2021-2024	DGT, DGPC, OA, APAP	Participação em 4 fóruns/ano 16 participações em 2024	R
5.1, 5.2	M1.7 Promover e participar em projetos de cooperação territorial a nível europeu e transnacional.				
	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação de projetos de cooperação no âmbito da PNAP e dos respetivos resultados no portal da PNAP. 	2021-2024	DGT, DGPC, OA, APAP	Até 4 iniciativas em 2024	I
	<ul style="list-style-type: none"> Participação em projetos de cooperação internacionais. 	2021-2024	OA, APAP	Até 2 projetos em 2024	PR

OBJETIVOS RELACIONADOS	MEDIDAS E ATIVIDADES	CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO	LÍDER	META	BALANÇO
	M2. Medidas legislativas e de regulação				
1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 2.2, 2.3, 3.2, 3.3, 3.4	M2.1 Contribuir, em sede de processos legislativos e de regulação, para a melhoria da legislação, normativos e regulamentos.				
	<ul style="list-style-type: none"> Prestar as contribuições no âmbito dos processos legislativos aplicáveis, sempre que solicitadas, tendo em conta os fundamentos e os objetivos da PNAP. 	2021-2024	DGT, DGPC, OA, APAP	Sempre que solicitado	PR
	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e divulgar, nomeadamente junto dos municípios e administração regional e local, um documento de seguimento da PNAP, de alerta com recomendações para a qualidade da arquitetura e da paisagem. 	2022-2023	DGPC	Documento elaborado e divulgado em 2023	NR
	<ul style="list-style-type: none"> Definir princípios e linhas orientadoras para inclusão de medidas relativas à paisagem nas políticas, nos programas setoriais e nos planos e programas de ordenamento do território. 	2022-2024	DGT	4 novos IGT com integração de medidas relativas à paisagem	PR
	<ul style="list-style-type: none"> Publicitar aos pontos focais e ao público em geral, recorrendo nomeadamente ao Portal da PNAP, as iniciativas que possam ser objeto de consulta pública. 	2021-2024	DGT, DGPC, OA, APAP	Até 4 iniciativas em 2024	NR
	M2.2 Elaborar manuais de boas práticas e guias que permitam a valorização das práticas profissionais de todos os agentes destes setores.				
1.6, 2.1	M2.3 Propor a definição de critérios de qualidade, eficiência e eficácia que contribuam para melhorar os processos de contratação pública em matérias de arquitetura e paisagem.				

OBJETIVOS RELACIONADOS	MEDIDAS E ATIVIDADES	CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO	LÍDER	META	BALANÇO
	<ul style="list-style-type: none"> Definição de critérios de melhoria dos processos de contratação pública, assegurando a participação pública na definição dos mesmos. 	2021-2023	OA, APAP	Documento com os critérios definidos em 2023	NR
1.1, 3.1, 4.2, 4.3	M2.4 Desenvolver os instrumentos adequados à participação pública ativa nas ações de preparação, implementação e monitorização da PNAP.				
	<ul style="list-style-type: none"> Recolha de contributos para o Plano de Ação da PNAP nos momentos das Conferências anuais e nos Fora temáticos. 	2021-2024	OA, APAP	1 documento por ano	PS
	<ul style="list-style-type: none"> Realização de inquérito/questionário para diagnóstico das necessidades e identificação de oportunidades para implementação da PNAP. 	2023	DGT	1 inquérito com resultados em 2023	R
	M3. Medidas de informação, sensibilização e educação				
1.1, 3.1, 4.1, 4.2, 4.3, 5.1, 5.2	M3.1 Criar e desenvolver o portal da PNAP				
	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação do portal da PNAP nos sites dos membros da CAAP. 	2021-2022	DGPC, OA, APAP	Todos os parceiros com divulgação da PNAP no seu portal em 2022	PR
	<ul style="list-style-type: none"> Carregamento regular de conteúdos no site da PNAP. 	2021-2024	DGT		R
	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação alargada da existência do Portal da PNAP pelos pontos focais. 	2021-2023	DGT	5 iniciativas reportadas pelos pontos focais disponibilizadas no portal da PNAP	PS
1.1, 2.2, 2.3, 3.1, 4.1, 4.2, 4.3, 5.1, 5.2	M3.2 Realizar eventos, publicações e exposições destinadas a divulgar a PNAP e a sensibilizar a opinião pública para esta temática.				
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um plano de comunicação para a PNAP. 	2022	APAP	Plano de Comunicação aprovado pela CAAP em 2022	PR

OBJETIVOS RELACIONADOS	MEDIDAS E ATIVIDADES	CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO	LÍDER	META	BALANÇO
	<ul style="list-style-type: none"> Realização da conferência anual 	2021-2024	DGT, DGPC, OA, APAP	4 Conferências em 2024	R
	<ul style="list-style-type: none"> Realização anual do Fórum PNAP (realização de sessões descentralizadas). 	2021-2024	DGPC OA	Realização de 4 sessões anuais.	PS
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a realização e divulgação de iniciativas no âmbito do Novo Bauhaus Europeu. 	2021-2024	DGT	6 iniciativas	R
	<ul style="list-style-type: none"> Realização de ações de formação dirigidas à Administração Pública sobre implementação dos princípios da PNAP. 	2022-2023	DGT, DGPC, OA, APAP	2 ações de formação com envolvimento de 25 dos municípios realizadas em 2023	NR
1.1, 1.2, 1.3, 1.6, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1., 3.2, 3.3, 4.1, 4.2	M3.3 Selecionar e divulgar exemplos de boas práticas e iniciativas de excelência passíveis de serem constituídas como referências da PNAP.				
1.2, 1.3, 1.6, 2.1, 2.2, 2.4, 2.5, 3.2, 3.3	M3.4 Promover o recurso a conhecimentos, processos e técnicas tradicionais associados à construção e manutenção de edifícios, com vista a assegurar a sua salvaguarda e transmissão às gerações futuras.				
1.1, 1.2, 1.3, 1.6, 2.1, 3.3, 5.2, 5.4	M3.5 Promover a integração das temáticas da arquitetura, da cidade e da paisagem nos programas escolares dos vários níveis de ensino não especializado, em particular nos currículos do ensino básico e secundário, que visem estimular uma cultura de cidadania.				
	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação do documento «Caderno Pedagógico para Implementação da Convenção Europeia da Paisagem». 	2022	DGT	Caderno pedagógico divulgado em 2022	R
	<ul style="list-style-type: none"> Articulação com a Direção-Geral da Educação para a definição de uma estratégia de colaboração regular tendo em vista a sensibilização de professores para os temas da PNAP. 	2022-2023	DGPC	Estratégia de colaboração acordada em 2023	R

OBJETIVOS RELACIONADOS	MEDIDAS E ATIVIDADES	CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO	LÍDER	META	BALANÇO
	<ul style="list-style-type: none"> Articulação com organizações e atores relevantes para divulgação de informação de suporte para consulta e/ou produção de conteúdos sobre a paisagem 	2022-2024	DGT	2024	PR
1.1, 1.2, 1.3, 1.6, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 3.2, 3.3, 3.4, 4.1, 5.3, 5.4	M3.6 Desenvolver ações de formação nos âmbitos da arquitetura e da paisagem, designadamente nas áreas da arquitetura e urbanismo sustentável, da conservação, reabilitação e regeneração arquitetónica e urbanas, da proteção, gestão e ordenamento das paisagens				
1.1, 1.2, 2.3, 1.6, 2.1, 3.3, 5.2, 5.4	3.7 Promover prémios e concursos, nomeadamente de arquitetura e arquitetura paisagista, assegurando a manutenção e disseminação dos prémios já existentes.				
	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e divulgação dos prémios já existentes que contribuam para a qualidade da arquitetura e paisagem, divulgação dos mesmos nos canais de comunicação e nas iniciativas da PNAP 	2021-2024	DGT, DGPC, OA, APAP	12 prémios divulgados em 2024	R
	<ul style="list-style-type: none"> Edição do Prémio Nacional da Paisagem (2022 e 2024) 	2022, 2024	DGT	2 prémios atribuídos (2022 e 2024) o último vencedor do prémio europeu da paisagem	R

R - Realizada (100%); PS - Progresso Significativo (75%); PR - Parcialmente Realizada (50%); I - Iniciada (25%); NR - Não realizada (0%)

ANEXO 2 - Participação em Eventos Internacionais

- Twelfth Council of Europe Conference on the implementation of the Council of Europe Landscape Convention (Council of Europe, Agora, Strasbourg, 29-30 October 2024);
- Eleventh Council of Europe Conference on the implementation of the European Landscape Convention (Council of Europe, Palais de l'Europe, Strasbourg, 26-27 May 2021);
- 26th Council of Europe Meeting of the Workshops for the implementation of the European Landscape Convention "Council of Europe Landscape Award Forum of National Selections - 7th Session 2020-2021" Bergamo, Italy, 28-29 April 2022;
- National Conference on the implementation of the Council of Europe Landscape Convention in Armenia "Landscape Convention for kids" - Presentation of the pedagogical booklet Landscape education activities for primary schools, in Armenian Yerevan, Republic of Armenia, 8-10 June 2022;
- Meeting of European Directors of Architecture in Malmö, June 12-13th, 2023;
- European Technical Days on Cultural Landscape: "Cultural Landscapes as a paradigm of resilience and sustainability", held in Palma de Mallorca from October 17th to 20th 2023, during the Spanish Presidency of the European Union.

ANEXO 3 - Legislação aprovada nos domínios da arquitetura e da paisagem

- Despacho n.º 15261-D/2024, de 31 de dezembro - Aprovação de 10 Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP);
- Despacho n.º 4035/2024, de 12 de abril - Determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Peneda-Gerês, da Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga e da Serra de São Mamede e Terras de Nisa;
- Despacho n.º 1918/2024, de 20 de fevereiro - Aprovação do Despacho n.º 1918/2024, de 20 de fevereiro que determina a recondução do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Monchique e Silves (PRGPSMS) a programa setorial;
- Despacho n.º 5691/2023, de 18 de maio - Determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Estrela, das Serras da Freita, Arada e Baixo Paiva, das Serras de Leomil, Lapa e Alto Penedono, da Serra da Cabreira e Serras do Larouco e Barroso, da Terra Fria Transmontana e do Planalto da Beira Transmontana;
- Despacho n.º 11650/2022, de 3 de outubro - Determina a constituição da área integrada de gestão da paisagem relativa à «Área Piloto de Monchique» com uma área de 1217,95 hectares;
- Decreto-Lei n.º 16/2022, de 14 de janeiro -Altera o regime jurídico da reconversão da paisagem;
- Despacho n.º 12735-B/2021, de 28 de dezembro -Determina a elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Pinhal Interior Sul, integrando os concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão, Vila de Rei e Mação;
- Despacho n.º 12447-D/2021, de 21 de dezembro - Constituição de 23 áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP);
- Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro -Determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Entre Minho e Lima, de Alva e Mondego, e Montes Ocidentais e Beira Alta, das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal e da Serra do Caldeirão;
- Despacho n.º 7109-A/2021, de 16 de julho - Constituição de 47 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);
- Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março - Determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras da Lousã e do Açor, do Alto do ouro e Baixo Sabor, das Serras do Marão, Alvão e Falperra e da Serra da Malcata

SESSÃO DE TRABALHO / MESA-REDONDA
ARQUITETURA E PAISAGEM I BEM COMUM, RESPONSABILIDADE PARTILHADA
04 MAIO, 14H00-17H30, LISBOA

Com o objectivo de auscultar e debater formas de implementação da qualidade nos nossos territórios, nos domínios da arquitectura e da paisagem, proporcionar a troca de ideias e de propostas concretas para concretizar os objectivos da Política Nacional de Arquitectura e Paisagem (PNAP) e ainda reforçar a rede de parcerias, a Comissão de Acompanhamento da PNAP (CAAP) promoveu, no dia 4 de Maio, na sede da Ordem dos Arquitectos, em Lisboa, uma sessão de trabalho técnica que reuniu actuais e potenciais parceiros da PNAP, bem como outros especialistas.

Surgiu esta iniciativa no seguimento das actividades que têm vindo a ser promovidas ao longo dos últimos anos pela CAAP (designadamente as Conferências Nacionais e as duas anteriores edições do Fórum Arquitectura e Paisagem [+ qualidade 2030], reunindo numerosas entidades e participantes), e da realização, em Janeiro passado, da Conferência de Ministros europeus da Cultura em Davos, na Suíça. Esse foi o momento fundacional da *Davos Baukultur Alliance 2023*, que veio criar uma oportunidade para um novo impulso neste processo, em que se acredita que a promoção da qualidade dos territórios, um bem comum, só será possível com a participação de todos e de cada entidade, dentro dum espírito de responsabilidade partilhada.

Foi este o repto a que acederam quase duas dezenas de entidades e especialistas, tendo em vista a resposta a três questões fundamentais:

- Como, e em que medida, a sua entidade está, ou poderá vir a estar envolvida na melhoria da qualidade dos nossos territórios, da nossa arquitectura e da nossa paisagem?
- Que mecanismos ou instrumentos tem, ou poderá vir a criar, para impulsionar essa qualidade?
- Com que dificuldades se depara?

CONTRIBUTOS

ROSÁRIO OLIVEIRA (especialista convidada)

- A legislação nacional apresenta-se como um conjunto documental muitas vezes irrepreensível do ponto de vista formal, e de conteúdo acertado, mas muitas vezes não concretizado;
- A PNAP continua actual, mas será talvez conveniente uma reapreciação e reformulação, à luz do renovado enquadramento social e emocional da sociedade, concretamente no pós-pandemia;
- Ao nível da sua execução, a PNAP pode ser encarada como um veículo facilitador da necessária transição energética, de mobilidade, dando resposta às necessidades de habitação e desafios da saúde mental que hoje se colocam, num contexto marcado pelas alterações climáticas;
- O conceito de qualidade é, em 2023, distinto do que era aquando da redacção original da PNAP.

ANTÓNIO VEIGA SIMÃO (CCDR Centro)

- A PNAP como uma ilustre desconhecida da hierarquia jurídica nacional em termos de ordenamento do território e os IGT não preconizam a qualificação da paisagem. Destaca-se por isso a ausência de referências à paisagem, ou existência de referências esparsas, nos IGT, bem como o desconhecimento da PNAP pelos mesmos;

- Importa criar mecanismos para atuação na paisagem através de instrumentos diversos, por exemplo, instrumentos como a REN;
- A qualidade da paisagem não é muitas vezes objeto de discussão, mas que deve passar a ser, sendo urgente colmatar esta lacuna;
- Há que impor mecanismos e soluções que permitam fazer com que a paisagem seja tomada em consideração;
- Importa dar formação às Câmaras e às CCDR;
- Necessidade de promover a gestão integrada das paisagens;
- Os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem representam uma oportunidade para a qualidade do território;
- Importância da promoção de iniciativas como sejam o Prémio Nacional da Paisagem;
- É necessário maior dinamismo da CAAP na capacitação dos demais agentes.

MARIA CALADO (Centro Nacional de Cultura)

- CNC directamente envolvido, em processos de aprovação de documentos fundamentais;
- Importância dos itinerários culturais e do sentido de pertença;
- Necessidade de formação coordenada, sensibilização das comunidades e educação;
- Europa Nostra, enquanto referencial de boas práticas, e projectos em dinamização;
- Disponibilização da plataforma e-Cultura para promoção de conteúdos e ações ligadas à PNAP;
- Referência ao projeto europeu Cultural Heritage HUB, de que o CNC é parceiro nacional, em que esta matéria poderá ser trabalhada em parceria;
- Canal de divulgação e-cultura (que o CNC gere) com larga audiência, como potencial veículo de divulgação;
- Importância de formar os técnicos dos municípios e promover a sensibilização das comunidades;
- Importância de produzir recursos educativos.

NUNO RIBEIRO LOPES (especialista convidado)

- Falta de auto-estima das comunidades, decorrente de processos de aculturação e turistificação;
- Interior do País como último reduto de interesse;
- Como se operacionalizam os documentos estratégicos? Como se criam gabinetes técnicos sem recursos?
- A Administração sofre de excesso de produção legislativa e distancia-se crescentemente dos interesses e necessidades dos cidadãos;
- Falta de capacidade técnica dos municípios pequenos para enquadrarem os desafios da qualidade da arquitetura e da paisagem. Necessidade de “reinvenção” de GTLs como forma de suprir esta enorme lacuna;
- Criação de medidas concretas para apoiar a requalificação das aldeias;
- A recente visão para a temática da habitação faz adivinhar a proliferação de novos dormitórios arbitrários;
- “Património tem que dar dinheiro” numa sociedade mercantil como a nossa;

- Ferraria de São João apontada como um caso de boas práticas, onde há envolvimento das comunidades.

LÚCIA SALDANHA (Museu Nacional de Arte Contemporânea)

- Preocupação com a captação de tendências de evolução;
- Importância de melhorar a comunicação e estimular o pensamento e o espírito crítico, em especial dirigida às novas gerações – que se encontram muito afastadas e entendem pouco as questões da paisagem e da arquitetura;
- Vantagem de operacionalizar parcerias;
- Turismo Cultural sustentável;
- Promoção de iniciativas descentralizadas e em parceira, dentro de uma rede que tenta operacionalizar; como iniciativa das exposições itinerantes, organizadas pelo museu, como uma oportunidade para a sensibilização;
- Estímulo do pensamento e sentido crítico.

CARLOS PINA (CCDR Lisboa e Vale do Tejo)

- Conceito de Paisagens Notáveis;
- Incorporação de orientações regionais em PDM;
- Negligência ao nível do planeamento do solo rústico - o rústico como “as traseiras do planeamento”;
- Aprendizagem como consequência de projectos objectivos;
- As CCDR não têm competência de forma direta nas matérias relativas à arquitetura;
- Revisão dos PROT como uma oportunidade para a inclusão da dimensão paisagem;
- Recomendou a aposta na formação e aprendizagem contínua dos técnicos;
- A vertigem da produção normativa origina graves incongruências legislativas, com consequências graves no momento de operacionalização.

FLORBELA VITORINO (Direcção Regional de Cultura do Alentejo)

- Grande diversidade das paisagens portuguesas, sendo, todavia, o tema da paisagem pouco defendido;
- As DRC podem identificar efetivamente situações que atentam à qualidade da paisagem, mas não têm mecanismos para se pronunciar e não têm fundamento legal para interditar certos atos;
- Entidade com vasta abrangência territorial;
- As DRAC fomentam um trabalho de inventariação, de classificação e sensibilizam e promovem estas atividades junto dos municípios para que mapeiem o seu património arquitetónico e paisagístico;
- As DRAC sensibilizam os municípios para a importância de criarem regulamentação e regras ao nível dos PDM que contribuam para a promoção da valorização das suas paisagens;
- Transformação radical da paisagem alentejana;
- Tema do património está pouco desenvolvido na legislação;
- Necessidade de inventariação e classificação da excepcionalidade;
- Processos de transformação da paisagem e elementos dissonantes;
- Necessidade de desenvolvimento de manuais de procedimentos patrimoniais para os municípios;

- Paisagem na agenda pública;
- “Ser-se culto é ser-se de um lugar”: citação de fonte desconhecida;
- Desenvolvimento de actividades económicas de larga escala por empresas sem rosto, que acabam com elementos tradicionais (caminhos vicinais, por exemplo);
- Revisão da legislação e sua complementaridade. Necessidade de, no âmbito do RJUE, retirar a isenção de controle prévio de algumas atividades, com destaque para a agricultura e indústria.

VERA LOPES (Direcção Geral das Artes)

- Vários programas de apoio dirigidos ao domínio da arquitetura, incluindo a organização de festivais e a Bienal de Arquitetura e outras acções indirectas;
- Ações articuladas com a Rede de Teatros e a Rede de Arte Contemporânea
- Fusão/difusão das fronteiras entre arte e arquitectura;
- Protocolo entre a DG Artes com a Casa da Arquitetura;
- Dinamização de rede de equipamentos culturais audiovisuais;
- Participação em júris de concursos de arquitectura;
- Integração de arte pública em empreitadas de obras públicas.

CIDÁLIA SILVA (Universidade do Minho)

- Importância de encorajar e sensibilizar os cidadãos e técnicos para a valorização das paisagens do dia-a-dia/quotidiano;
- Organização de um Congresso em novembro de 2023, nos dias 22 a 24;
- Unidades curriculares sobre paisagem incluídas no curso de Arquitectura;
- Dificuldade de aplicação dos conceitos académicos no mundo profissional, por parte dos recém-formados;
- Risco severo de cristalização da academia e dos seus conhecimentos;
- Importância de dar formação e proporcionar conhecimento e aprendizagem para além do ensino universitário;
- Velar pela paisagem que não se vê e não se escuta.

CARLA ANTUNES (Universidade do Algarve)

- Qualidade como conceito abrangente;
- Forte concentração populacional no litoral da região, originando acentuadas assimetrias;
- Acentuado condicionamento no acesso à habitação;
- Especialização de territórios para estrangeiros (gentrificação);
- Universidade enquanto espaço de formação e educação, que deve ser encarada como um serviço Público, passando as suas funções também por formar e educar a população;
- Realização de acções de proximidade/sensibilização de populações;
- Dificuldades de financiamento;
- Promover o estabelecimento de parcerias com os municípios, estimulando boas práticas;
- Implementação de estratégias revela-se de extrema dificuldade.

EDUARDO BRITO HENRIQUES (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território)

- Geografia como um domínio de conhecimento transdisciplinar;
- Dificuldade de distinção entre social e natural;
- Olhar integrado e articulado, transdisciplinar;
- Trabalho quantitativo e qualitativo;
- Dimensões emocionais;
- Projeto «Nós propomos», uma iniciativa do IGOT que tem por finalidade promover uma efetiva cidadania territorial local (organizar os currícula de modo que os alunos possam articular conhecimentos aparentemente separados)
- Importância de se estabelecer uma ligação efetiva com os lugares;
- Importância de traduzir a qualidade em termos concretos;
- Educação e formação dos cidadãos.

LUIS RAMOS (Ordem dos Engenheiros)

- Existência de condições da OE para colaborar com a PNAP;
- Necessidade de serem definidos objetivos e metas concretas a atingir;
- Excessiva legislação, ou a existência de legislação inconsequente, ou as contradições, quanto às matérias que respeitam à qualidade do território;
- Participação de técnicos da Ordem em processos de arquitectura e paisagem;
- Singularidades burocráticas e administrativas de um país onde as certidões de óbito caducam ao fim de 6 meses;
- Como se define e mede a qualidade de que se fala?
- Perspectiva-se a transformação arbitrária do solo rústico, ainda que para habitação;
- Má comunicação e envolvimento deficitário das populações locais nos processos de classificação de paisagens;
- Mutação dos conceitos: paisagem não pode ser ideologia;
- Importância de reconhecer a paisagem como algo dinâmico e mutável que tem que acompanhar a mudança dos tempos.

HELENA MOURATO (CCDR Alentejo)

- Acompanhamento de planos é limitado por imposição legal, havendo pouca capacidade, em termos de competências legais das CCDR, para imprimir qualidade (por exemplo ao nível do desenho urbano);
- A legislação recente é contraditória com um caminho para a qualidade dos territórios;
- Verifica-se uma impossibilidade de agilizar entidades terceiras;
- Regimes legislativos excepcionais pulverizam qualquer possibilidade de coerência estrutural;
- A CCDR está envolvida em vários projetos que de alguma forma se cruzam com os temas da arquitetura e da paisagem;
- PROT Alentejo incorpora orientações sobre qualidade da paisagem.

MIGUEL PESSOA (Direcção Regional de Cultura do Algarve)

- Assimetrias regionais muito significativas;
- Falta de recursos humanos;
- A DRC desenvolve iniciativas que promovem a sensibilização para a importância de preservar e valorizar a paisagem e o património;
- Dificil articulação com Municípios.

TERESA SILVA (ISCTE)

- Oferta formativa centrada no contexto urbano;
- Vantagem de articulação da arquitetura com outras áreas do conhecimento;
- Conceito de paisagem não é claro para os arquitectos;
- Excessiva concentração conceptual no edificio, enquanto objecto;
- Necessidade de estabelecer pontes com outras áreas disciplinares, em concreto com a arquitectura paisagista;
- Experimentalismo.

SANDRA PIRES (Turismo de Portugal)

- Turismo coloca grande pressão sobre a paisagem;
- Qualidade da oferta turística;
- Reforçar a aposta em soluções valorizadoras da identidade local;
- Equilibrar a atividade do Turismo com a coesão social e territorial, sendo que o paradigma de turismo se alterou;
- Maior exigência por parte dos públicos, em termos de arquitectura e paisagem;
- Metas sectoriais plasmadas no plano do turismo 2027;
- Sustentabilidade;
- Autocaravanismo e sua regulamentação e infra-estruturação e ordenamento;
- Dificuldade de operacionalização de estratégias.

JOAO ABREU (Museu da Paisagem)

- Promoção da cidadania na temática da paisagem;
- Mediadores comunicacionais entre especialistas e público leigo;
- Complexidade da paisagem;
- Ansiedade de um tempo;
- Identificação da comunidade com os seus valores paisagísticos e criação de consciência cívica e paisagística (capacitação para a leitura da paisagem).

VASCO LOPES (Direcção Geral da Educação)

- Entidade responsável pelo currículo educativo;
- Realidade dos currículos a nível nacional e as particularidades regionais e locais
- Articulação com as escolas enquanto canal de comunicação;
- Importância de inculcar, desde o ensino básico, a perspetiva da ligação entre as diferentes componentes dos lugares e da natureza e de descompartmentar o conhecimento;
- DGE como um canal de comunicação direto aos agrupamentos escolares e às escolas -Disseminação de conteúdos;
- Preocupação com a velocidade com que sucedem transformações no território;
- Importância e urgência de melhorar a literacia sobre a paisagem;
- Abordagens específicas são definidas escola a escola.

GONÇALO DUARTE GOMES (Universidade de vora) representante da APAP na CAAP

- Investimento na qualificação de todos os profissionais ligados à arquitectura e  paisagem, sensibilizando-os para os desafios da reabilitação urbana, da sustentabilidade, da eficincia energética e da conservação da natureza;
- Investigação e educação ligadas  construção sustentável, estimulando a sua ligação  indústria e a inovação tecnológica no mbito da construção, dos materiais, do conforto térmico e da produção e consumo de energia;
- Promoção do conhecimento, da compreensão e da educação para a arquitectura e para a paisagem;
- Reforo da colaboração e interaco entre as comunidades científica, técnica e política e a articulação destas com a população em geral;
- Contributos para a promoção internacional e exportação dos sectores de serviços de arquitectura e de arquitectura paisagista, divulgando a excelncia das obras nacionais e seus autores;
- Criação de uma base de dados que registe a presença activa no estrangeiro de profissionais ou empresas portuguesas de arquitectura e de arquitectura paisagista e demais actividades conexas;
- Participação em fóruns e projectos europeus e internacionais e cooperação com parceiros internacionais no sentido de assumir compromissos alargados para promoção e valorização da arquitectura, da cultura, do património e da paisagem;
- Elaboração de manuais de boas práticas e guias que permitam a valorização das práticas profissionais;
- Realização de eventos, publicaes e exposies destinadas a divulgar a PNAP e a sensibilizar a opinião pública;
- Divulgação de exemplos de boas práticas e iniciativas passveis de serem constituídas como referncias da PNAP;
- Aces de formação nos mbitos da arquitectura e da paisagem, designadamente nas áreas da arquitectura e urbanismo sustentável, da conservação, reabilitação e regeneração arquitectónica e urbanas, da protecção, gestão e ordenamento das paisagens.
- Instituição que ministra o ensino da Arquitectura Paisagista há 48 anos, actualmente através dos cursos de Mestrado e Doutoramento, mas também através de programas avaliados e reconhecidos quer nacional quer internacionalmente pela IFLA e pela A3ES, com recurso a um corpo docente que assegura a existência de massa crítica na área da Arquitectura Paisagista.

- Políticas e estratégias de (des)investimento para o ensino em Universidades consideradas do "interior", levando a uma desvalorização crescente da profissão.

SÍNTESE

Em síntese, foi possível identificar, de forma unânime, um grande interesse, disponibilidade e vontade de participação na dinamização da PNAP, e na sua conversão de um instrumento estratégico teórico, em ferramentas e processos de acção com reflexos práticos no quotidiano das instituições.

Igualmente unânime foi a ideia de que, no quadro legislativo português, a materialização das estratégias no terreno se revela de extrema complexidade, quer pela profusão e complexidade dos documentos normativos e regulamentares, quer pela sua frequente incongruência e até mesmo contradição.

Tendo presentes esses dois eixos de unanimidade, destacou-se um conjunto de questões transversais que, pese embora se expressem de forma distinta em cada uma das entidades presentes, claramente identificam áreas de acção prioritárias, no quadro da operacionalização da PNAP. A saber:

- i. Necessidade de consolidação e clarificação de um léxico comum, nas temáticas da arquitectura e da paisagem;
- ii. Necessidade de promoção de uma maior, melhor e mais eficaz comunicação junto do público em geral, tendo em vista a promoção da literacia arquitectónica e paisagística;
- iii. Necessidade de capacitação dos agentes para uma mais apurada compreensão da PNAP e do seu alcance, bem como das suas componentes "sectoriais" – mas complementares – da arquitectura e paisagem;
- iv. Necessidade criação de ferramentas de apoio, com a necessária abrangência para cobrir as particularidades de operação e intervenção dos vários agentes, públicos e privados, que se pretende agregar na rede de parceiros da PNAP.

Sem prejuízo de outros que entretanto possam ser diagnosticados, estes serão assim eixos de intervenção de primeira ordem, no contexto do trabalho a desenvolver em sede da rede de parceiros PNAP.

INQUÉRITO SOBRE A CAPACIDADE TÉCNICA DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES NOS DOMÍNIOS DA ARQUITETURA E DA PAISAGEM**5 PREENCHER ON-LINE AQUI**

A Comissão de Acompanhamento da Arquitetura e Paisagem (CAAP), constituída pela Direção-Geral do Território, a Ordem dos Arquitetos, o Património Cultural, I.P. e a Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, com o apoio da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, está a promover um estudo sobre a capacidade técnica dos municípios nos domínios da arquitetura e da paisagem.

O presente inquérito é composto por dez questões de resposta simples. Pretende-se ter uma perspetiva sobre os recursos técnicos dos municípios nos domínios da arquitetura e da paisagem, avaliar o interesse por estas temáticas e identificar quais as principais carências de formação nas referidas áreas, com vista propor iniciativas, no âmbito da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, que possam ir ao encontro das necessidades dos municípios.

Município:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO¹

Departamento:

Nome do correspondente:

Contacto de email:

Q.1 O município conhece a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)?

☐ Sim / ☐ Não

Q.2 O Município conhece o Prémio Nacional da Paisagem?

☐ Sim / ☐ Não

Q.3 O Município dispõe de um Prémio Municipal de Arquitetura, Reabilitação ou Paisagem?

☐ Sim / ☐ Não

Se sim, qual:

Q.4 O Município já organizou algum evento (Seminário, Encontro, Congresso, Workshop...) relativo aos domínios da arquitetura e da paisagem?

☐ Sim / ☐ Não

¹ Ao abrigo do RGPD, os dados de contacto têm apenas como finalidade a realização do presente inquérito e não serão guardados e/ou partilhados com nenhum outro organismo público, agência ou empresa.

Se sim, qual (quais)?

Q.5 Qual o número (aproximado) de técnicos com formação nas seguintes áreas:

Arquitetura (0; 1-5; 5-10;10-50;+100)

N.º:

Urbanismo / Ordenamento do território (0; 1-5; 5-10;10-50;+100)

N.º:

Arquitetura paisagista (0; 1-5; 5-10;10-50;+100)

N.º:

Q.6 Nos últimos 10 anos, o número de técnicos do município com competências nos domínios da PNAP (arquitetura, arquitetura paisagista, planeamento urbano e territorial) tem:

☐ Aumentado ☐ Diminuído ☐ Mantem-se

Q.7 Se o município não tem técnicos suficientes com formação nestes domínios, como suprime essas necessidades?

- ☐ Contratação externa (pontual ou avença)
- ☐ Partilha de serviços através de associações e Comunidades Intermunicipais (CIM)
- ☐ Outros

Q.8 O município recorre a contratações externas para algum dos serviços seguintes?

- ☐ Conceção de espaços públicos
- ☐ Conceção de edifícios/equipamentos municipais
- ☐ Concursos de conceção
- ☐ Planeamento e gestão de obra
- ☐ Planeamento urbano / territorial
- ☐ Outros: quais?

Q.9 O quadro técnico frequenta regularmente ações de formação nos domínios de arquitetura e paisagem?

☐ Sim / ☐ Não

Se sim, qual o n.º de horas por ano:

☐ N/D ☐ 10h ☐ 20h ☐ 50h ☐ +50h

Q.10 Quais as necessidades formativas mais prementes nos domínios de arquitetura e paisagem?

ANEXO 5 - Inquérito aos municípios



Política Nacional
de Arquitetura
e Paisagem

- ☐ Legislação em urbanismo/Ordenamento do Território
- ☐ Gestão de áreas de servidão do património cultural
- ☐ Ferramentas e sistemas informáticos
- ☐ Reabilitação, conservação e restauro de edifícios
- ☐ Reabilitação Urbana
- ☐ Espaços verdes – sustentabilidade
- ☐ Edifícios – eficiência energética
- ☐ Outras. Quais? s

Se desejar, pode deixar comentários ou observações aqui:

Deseja receber informação sobre a PNAP

- ☐ Eventos
- ☐ Formações
- ☐ Notícias

Muito obrigado pela participação.

Se tem alguma documentação ou informação relacionada com este inquérito que queira partilhar, por favor envie-nos por email para: pnap@dgterritorio.pt